

Lei Complementar nº. 191/2018 CNPJ 47.018.676/76 Av. Pref. Faria Lima, nº. 340 – Campinas/SP – CEP 13.036-902 Telefone: (19) 3772-5700

Protocolo nº 683/2018 Artigo 25, I, Lei 8.666/93

TERMO DE CONTRATO que entre si celebram a REDE MUNICIPAL DR. MÁRIO GATTI DE URGÊNCIA, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR E PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA.

A REDE MUNICIPAL DR. MÁRIO GATTI DE URGÊNCIA, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR, autarquia municipal de Campinas com endereço na Av. Prefeito Faria Lima, nº 340, inscrito no C.G.C/MF com nº 47.018.676/0001-76, devidamente representado por seu Diretor Presidente, Marcos Eurípedes Pimenta, e seu Diretor Administrativo, Mauro José Silva Aranha, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado, a empresa PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 58.295.213/0001-78, com endereço comercial na Avenida Tamboré, nº 1400/1440, box 31 a 33, Bairro Sítio Tamboré, Barueri, SP, neste ato representada por seu representante legal, doravante denominada CONTRATADA, acordam firmar o presente instrumento de contrato, em conformidade com o Protocolado Administrativo nº 683/18, o qual é de pleno conhecimento das partes, integrando o presente instrumento como se transcrito estivesse o ato homologatório e autorização exarada pela Diretoria do H.M.M.G, sujeitando-se às condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

Cláusula primeira - DO OBJETO

Constitui objeto do presente, a contratação de empresa para prestação de serviços de assistência técnica (manutenção preventiva e corretiva), com fornecimentos de peças em equipamento de ressonância magnética, marca PHILIPS, modelo Achieva 1.5 T, Tech ID MR32671, conforme especificações constantes do protocolado nº 683/18.

Cláusula segunda - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente contrato terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, contado da assinatura do termo, podendo ser prorrogado na forma e hipóteses legalmente previstas.

Cláusula terceira – <u>DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO</u>

Dá-se ao presente contrato, o valor global de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), através de pagamentos mensais de R\$ 21.666,67 (vinte e um mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), cujos pagamentos serão realizados 10 dias fora a dezena a partir do aceite dos serviços.

Departamento de Assessoria Jurídica Prédio Administrativo – 4º andar

D

D *

Q



Lei Complementar nº. 191/2018 CNPJ 47.018.676/76 Av. Pref. Faria Lima, nº. 340 – Campinas/SP – CEP 13.036-902 Telefone: (19) 3772-5700

Cláusula quarta - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes deste termo de contrato serão processadas por conta das verbas próprias do orçamento vigente, processadas pela unidade 51302.10122.1017.4104.0000.

Cláusula quinta - DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação encontra fundamento na lei 8666/93 (especialmente no art. 25, I), com suas alterações posteriores, e demais legislação pertinente, estando a documentação legalmente exigida autuada e juntada aos autos do Protocolo Administrativo nº 683/18, da RMMG, e de acordo com a autorização da Diretoria do HMMG.

Cláusula sexta - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da CONTRATADA:

1) Manutenção Preventiva:

- O calendário de manutenções deverá ser elaborado em comum acordo entre a contratante e a contratada, de forma a não prejudicar o andamento dos serviços nos setores envolvidos.
- A manutenção preventiva deverá consistir minimamente de uma visita semestral, em dia útil e horário comercial, exceto mediante solicitação e autorização prévia da Área de Engenharia Clínica e/ou da Coordenação da Área de Radiologia da Rede Mário Gatti e abranger minimamente os seguintes procedimentos:
- Revisão geral, controle e limpeza;
- Comprovação funcional e ajuste de parâmetros e seus valores nominais;
- Atualizações de software recomendadas pelo fabricante;
- Testes dos dispositivos de segurança, verificação dos sensores, comandos e alarmes;
- Substituição de elementos assinalados pelo fabricante, com a periodicidade que este indicar.
- Os equipamentos deverão ser mantidos sempre em perfeitas condições operacionais e de segurança elétrica e mecânica;
- A contratada deverá fornecer todo material de limpeza e lubrificação (lubrificantes, graxas, óleos, detergentes e ferramentas) necessários à execução das manutenções;
- Após o término de cada manutenção preventiva, a contratada deverá apresentar à Área de Engenharia Clínica da Rede Mário Gatti um relatório detalhado com a descrição dos serviços realizados, peças substituídas e nome do técnico executor.

2) Manutenção Corretiva:

- A contratante poderá realizar um número ilimitado de chamados durante o período de vigência do contrato;
- As solicitações de manutenção corretiva serão realizadas através de telefone de segunda à sexta-feira, em horário comercial (8:00 às 17:00), e deverão ser atendidas 'on site' no prazo máximo de 18 (dezoito) horas úteis, a contar do momento de realização do chamado;

Departamento de Assessoria Jurídica Prédio Administrativo – 4º andar

M

R&

Z



Lei Complementar nº. 191/2018 CNPJ 47.018.676/76 Av. Pref. Faria Lima, nº. 340 – Campinas/SP – CEP 13.036-902 Telefone: (19) 3772-5700

- A contratada deverá realizar também suporte remoto com monitoramento proativo, a fim de identificar e reparar eventuais desvios de performance;
- Havendo necessidade de remoção de peças ou componentes do local de instalação, para a realização de procedimentos de manutenção, os custos decorrentes da desinstalação, transporte e re-instalação serão de total responsabilidade da contratada;
- Durante o período de vigência do contrato, a contratada deverá fornecer as peças cuja substituição se façam necessárias, exceto peças estratégicas e itens denominados especiais pela contratada e abaixo relacionados, sem que isso implique em qualquer ônus para a contratante. Para isto, a contratada deverá incluir o custo estimado para substituição destas peças no valor da proposta.
- A contratada deverá empregar, nos equipamentos sob sua responsabilidade, componentes novos, originais de fabricação ou equivalentes, obedecendo às normas vigentes da ABNT e do fabricante, sendo vedada a utilização de peças usadas ou recondicionadas, salvo por motivos de força maior, desde que devidamente justificado e com justificativa expressamente aceita pelas áreas técnicas competentes da RMMG.
- As peças não inclusas no contrato poderão ser adquiridas pelo contratante mediante prévia e expressa aceitação de orçamento, respeitada a legislação relativa a licitações;
- Fica proibida qualquer modificação nos equipamentos que venha alterar a suas características originais ou atuais, exceto mediante autorização prévia, por escrito do Engenheiro Clínico da RMMG.

Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- Conferir a realização dos serviços e dar aceite, caso satisfatórios os serviços;
- Efetuar os pagamentos na forma convencionada;
- Permitir o acesso do técnico da CONTRATADA ao equipamento e fornecer apoio necessário para a plena realização dos serviços;
- Disponibilizar um funcionário para acompanhar a execução dos serviços;
- Não consentir que pessoas não especializadas manuseiem, operem ou tentem executar reparos ou consertos no conjunto grupo gerador, a fim de evitar possíveis avarias no equipamento;
- Não efetuar troca de peças ou qualquer serviço de manutenção por conta própria;
- Comunicar a CONTRATADA toda e qualquer irregularidade na operação e/ou funcionamento do equipamento, devendo acionar imediatamente a Assistência Técnica da contratada;
- Atestar a efetiva realização dos serviços, assinando o relatório de Manutenção Preventiva que será apresentado pelo técnico da CONTRATADA ao funcionário indicado pela CONTRATANTE, uma vez executados e concluídos a contento;
- Executar as rotinas de manutenção diária dos equipamentos, conforme prescrito nos manuais de operação e manutenção dos fabricantes, independente da visita periódica de manutenção realizada pela CONTRATADA.

Departamento de Assessoria Jurídica Prédio Administrativo – 4º andar

M

Q X



Lei Complementar nº. 191/2018 CNPJ 47.018.676/76 Av. Pref. Faria Lima, nº. 340 – Campinas/SP – CEP 13.036-902 Telefone: (19) 3772-5700

Cláusula sétima - DA SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

Salvo justificativas técnicas fundamentadas, acolhidas pela Administração da RMMG, é **vedada** a subcontratação, total ou parcial, do objeto deste contrato, exigida a prévia autorização e aprovação da CONTRATANTE, devendo a sub-empreiteira, se autorizada a trabalhar, submeterse aos termos do presente contrato.

Cláusula oitava - DO PESSOAL

O pessoal que a **CONTRATADA** empregar para a execução dos serviços ora avençados não terá relação de emprego com a **CONTRATANTE** e desta não poderá demandar quaisquer pagamentos, tudo da exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**.

Parágrafo único. No caso de vir a CONTRATANTE a ser denunciada judicialmente, a CONTRATADA está obrigada a ressarci-la de qualquer despesa que, em decorrência da demanda, seja condenada a pagar.

Cláusula nona - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

A emissão do aceite pelos serviços prestados não exclui a responsabilidade civil pela qualidade dos serviços e pela perfeita execução do contrato.

Cláusula décima - DAS PENALIDADES.

Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devida e formalmente justificados/comprovados com aceite da área técnica e da Diretoria da RMMG, o não cumprimento das obrigações assumidas por parte da CONTRATADA, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes penalidades:

- a) Multa, na hipótese de atraso, no percentual correspondente a de 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor da parcela mensal, por dia de inadimplência, até o limite de 05 (cinco) dias, sendo que após este prazo será cobrada multa de 5% calculada sobre o valor total do objeto do contrato, caracterizando inexecução total do contrato, conforme a gravidade do caso;
- d) Suspensão temporária do direito de participar de licitações junto à Administração Pública e impedimento em contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que haja reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, concedida somente após o ressarcimento dos prejuízos causados à Administração Pública e após decorrido o prazo da sanção;

Departamento de Assessoria Jurídica Prédio Administrativo – 4º andar

A B



Lei Complementar nº. 191/2018 CNPJ 47.018.676/76 Av. Pref. Faria Lima, nº. 340 – Campinas/SP – CEP 13.036-902 Telefone: (19) 3772-5700

f) Multa de 6% sobre o valor total do contrato em caso de descumprimento das especificações do objeto contratado.

Parágrafo Primeiro — As penalidades moratórias serão, sempre que possível, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, descontadas dos créditos da CONTRATADA, da garantia prestada, ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.

Parágrafo Segundo - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, mas sim moratório; consequentemente, o seu pagamento não exime a CONTRATADA da reparação de eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar à CONTRATANTE.

Parágrafo Terceiro - Quaisquer prejuízos causados a R.M.M.G, pela ação ou omissão da CONTRATADA na execução do objeto deste contrato, serão de inteira responsabilidade desta e constituirão crédito do CONTRATANTE, devendo o H.M.M.G., sem prejuízo de outras medidas administrativas ou judiciais, promover a cobrança dos valores.

Cláusula décima primeira – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) Ao final de cada período de 12 (doze) meses, e em caso de prorrogação contratual, o valor do contrato poderá ser corrigido, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de conseqüências incalculáveis, ou, ainda, em caso de força maior ou caso fortuito.
- b) As Notas Fiscais deverão ser encaminhadas para a RMMG, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Campinas-SP, Av. Pref. Faria Lima,nº 340 Bairro: Parque Itália- CEP: 13036-902, Inscrita no CNPJ sob o nº. 47.018.676/0001-76.

Cláusula décima segunda - DA RESCISÃO

A rescisão contratual poderá ser por ato unilateral da RMMG, nos termos e nas hipóteses descritas na Lei Federal nº. 8.666/93, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo único. - A rescisão amigável ocorrerá por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, e será reduzida a termo no processo respectivo, obrigando a CONTRATADA à imediata restituição dos valores pagos, atualizados monetariamente pelo índice do IPCA, e acrescidos de juros no importe de 05% (meio por cento) ao mês contados desde a data do pagamento até a data da efetiva restituição.

Departamento de Assessoria Jurídica Prédio Administrativo – 4º andar

M

R*



Lei Complementar nº. 191/2018 CNPJ 47.018.676/76 Av. Pref. Faria Lima, nº. 340 – Campinas/SP – CEP 13.036-902 Telefone: (19) 3772-5700

Cláusula décima terceira - FORO

Os contratantes elegem o foro da Comarca de Campinas-SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas ou questões não resolvidas administrativamente.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campinas, 🛭 de

de 2.018.

Marcos Eurípedes Pimenta Presidente do HMMG

Mauro José Silva Aranha

Diretor Administrativo do HMMG

Duphou Cellu-Philips Medical Systems Ltda.

PROCURADORA

CPF: 349.683.948-10

Anna Craddock

CPF.: 305.93Messas Ulisses Falleiros de Oliveira Procurador Municipal

Matheus Beserra de Souza

RG: 39.820.287-4 CPF: 435.114.688-50